

## **REGULAÇÕES INTERNACIONAIS, DIREITOS DIFERENCIADOS E POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO**

**Porto Seguro, 30 e 31 de maio de 2008.**

Na realização do presente workshop partimos da idéia de que a definição de ações governamentais, que (*lato sensu*) podem ser pensadas como de discriminação positiva, ganharam importância e visibilidade fundamentais na sociedade brasileira (e de modo homólogo também em outros países da América Latina) após a Constituição de 1988 e inúmeros diplomas internacionais, como a Convenção 169 da OIT (1989), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994) e a 4ª Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995). Esses foram marcos importantes na inflexão de processos em que a democratização de regimes autoritários se fez associando-se à reforma constitucional, à luta contra as desigualdades sociais e à defesa da diversidade sócio-cultural, sem que isso significasse uma extensa transformação dos aparatos administrativos existentes (o judiciário inclusive), num estrito entrelaçamento de regulações internacionais e políticas nacionais.

O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, de coletividades ditas "tradicionais", mas também dos "direitos especiais" das mulheres, homossexuais, loucos, crianças e adolescentes, articulados à pauta dos direitos humanos e das instituições multilaterais de fomento, fez-se através de uma singular articulação entre redes internacionais e nacionais, atores ditos governamentais e não-governamentais, sem que isso tenha significado a demissão da administração estatal, nem sua alteração mais profunda (capacitação, incorporação de quadros especializados etc), mas empunhando a bandeira da implantação de processos de gestão pública, democrática e participativa, através de novas morfologias (conselhos, secretarias especiais, planos de governo construídos por intermédio de amplas articulações, programas agências etc) e pela proeminência, no campo da Justiça, da ação do Ministério Público Federal.

Em lugar de tomar o "Estado" como unidade coesa, partimos da premissa de que é necessários investir no conhecimento e compreensão de diferentes arenas e modalidades de atuação que conformam o sistema de Estado e ao mesmo tempo proceder a análise de retóricas e performances que o presentificam sob a forma da entidade "Estado". Tomamos como questão fundamental a reflexão acerca do longo legado de formas tutelares de poder atuantes sobre os segmentos sociais diferenciados, sempre considerados, de um modo ou de outro, como "incapazes" de exercerem plenamente seus "direitos".

Dessa forma, neste workshop, pensado para ser uma ocasião essencialmente de trabalho e interlocução, propomos discutir e comparar as práticas adotadas por diferentes instâncias administrativas, bem como o modo pelo qual afetam àqueles que são objeto de sua atuação. Preocupa-nos construir certa dispersão que evite a repetição, no plano da pesquisa e da reflexão, os processos de substancialização dos "direitos" em seus "sujeitos", isto é, em rubricas que naturalizem as identidades socialmente construídas (crianças, índios, mulheres etc).

Este workshop é financiado com recursos da FINEP referentes ao projeto **Políticas para a Diversidade e os Novos Sujeitos de Direitos: Estudos Antropológicos das Práticas, Gêneros Textuais e Organizações de Governo**, coordenado pelos pesquisadores Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ), Adriana Vianna (Museu Nacional/UFRJ), Eliane Cantarino O'Dwyer (PPGA/UFF), todos vinculados ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED – [www.laced.mn.ufrj.br](http://www.laced.mn.ufrj.br))

**Dia 30/05/2008:**

**Manhã - Direitos Territoriais: os direitos culturalmente diferenciados de segmentos sociais sobre o espaço**

Expositores:

Luis Rodríguez-Piñero Royo, (Office of the High Commissioner for Human Rights - ONU),  
João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ),  
Eliane O'dwyer (PPGA/Universidade Federal Fluminense)  
Henry Trindade Barreto Filho (IIEB)  
Alexandre Soares (Ministério Público Federal/MA).

Relator: Antonio Carlos de Souza Lima (museu Nacional/UFRJ)

**Tarde - Direitos de Gênero e Sexuais: as regulações e as políticas sobre corpos e indivíduos.**

Expositores:

Lia Zanotta (DAN/Universidade de Brasília)  
Adriana Piscitelli (Pagu/Unicamp)  
Laura Moutinho (FFLCH/Universidade de São Paulo)  
Sergio Carrara (CLAM/Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
Roger Raupp Rios (Juiz de Direito/RS).

Relatora: Adriana Vianna (Museu Nacional/UFRJ)

**Dia 31/05/2008:**

**Manhã – Debates e comentários**

Relatos das mesas:

Antonio Carlos de Souza Lima  
Adriana Vianna

Comentários:

Claudia Fonseca (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
Luis Roberto Cardoso de Oliveira (DAn/UnB e Associação Brasileira de Antropologia, Presidente)

Realização:

Financiamento:

